

20 DEZ 1988

O Congresso, agora, quer reduzir seus salários.

JORNAL DA TARDE

O presidente do Senado, Humberto Lucena, disse ontem que decidiu, de comum acordo com o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, aplicar aos salários dos senadores e dos deputados, em janeiro, apenas a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), e não mais o aumento global aprovado para o funcionalismo público. O aumento aprovado pelo Congresso é de 60%. A variação do IPC deve corresponder a apenas 28%. Lucena explicou que, em virtude das reclamações de parlamentares como o deputado Afif Domingos (PL/SP) e o senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), resolveu discutir o assunto com Ulysses e ambos tomaram a decisão **ad referendum** das Mesas das duas Casas.

Se a decisão for tomada, porém, poderá trazer problemas constitucionais difíceis de se resolver. A opinião é do próprio diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, que até a noite de ontem não havia recebido qualquer comunicação de Ulysses Guimarães. O problema é que a atitude dos presidentes das Casas só atingiria os salários dos próprios deputados e senadores. "Há outros funcionários públicos que ganham salários ligeiramente menores que os deputados ou os senadores. Se eles (os ministros dos Tribunais do Poder Judiciário, por exemplo) tiverem um reajuste de 60% e os senadores apenas 28%, ultrapassarão os salários dos

senadores", explica Sabino.

Se isso acontecesse, estaria ferido o princípio constitucional de que os maiores salários de cada um dos Poderes tem de se equivaler. Mais do que a possibilidade de que um ministro dos Tribunais do Judiciário ganhe mais que um senador, há um outro perigo ainda maior. Alguns funcionários do Congresso poderiam passar a ter salários maiores que os próprios parlamentares. "As decisões dos presidentes das Casas, nesse caso, só valeriam para os parlamentares. Os funcionários do Congresso estão amparados pela lei que permite o aumento global do funcionalismo", afirma Sabino.

O diretor-geral explica com números: o aumento de 60%, elevaria os salários dos deputados em janeiro para Cz\$ 7 milhões e 500 mil, enquanto os ministros do Supremo, por exemplo, receberiam Cz\$ 6 milhões e 500 mil. Caso se confirme a decisão de Lucena e Ulysses, os deputados receberiam apenas Cz\$ 6 milhões. Os ministros receberiam os mesmos Cz\$ 6 milhões e 500 mil.

"É uma decisão pessoal", esclarece Lucena, tomada diante de pressões de parlamentares como Passarinho, que ontem comunicou à diretoria-geral do Senado que pretendia devolver o excedente de 60% em janeiro. Na Câmara, também Afif Domingos teve manifestação semelhante.